

JOÃO PAULO MOREIRA

**Televisão em Portugal:
pretextos para reflectir**

Nº 4

Novembro 1988

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

João Paulo Moreira *

TELEVISÃO EM PORTUGAL: PRETEXTOS PARA REFLECTIR

A [RTP] é uma das melhores televisões do mundo.

João Soares Louro¹

*...the next ten years are going to witness profound mutations
in the geopolitics of entertainment.*

ColinMacCabe²

Os textos aqui apresentados constituem uma pequena selecção do conjunto de cerca de quatro dezenas de crónicas publicadas na coluna **CANALiz/sando**, do semanário *Jornal de Coimbra*, entre Outubro de 1987 e Outubro de 1988. Correspondendo a um convite do Director do referido jornal para ali assinar regularmente um espaço de crítica de TV, a minha colaboração decorreu, naturalmente, do interesse crescente que ao longo dos anos me fez aproximar da problemática e do estudo aplicado da "cultura de massas" — um interesse entretanto incrementado por via do contacto profissional com a realidade múltipla da cultura norte-americana e da preocupação com modelos metodológicos suficientemente espaçosos para acomodarem a complexa totalidade dos chamados "Culture Studies". Porém, a motivação maior subjacente à colaboração que prestei àquele jornal foi de ordem eminentemente prática, já que ela oferecia a oportunidade de realização de um exercício heurístico e de uma primeira tentativa para a compreensão da questão da cultura — e em particular da televisão enquanto fenómeno de cultura — num contexto semiperiférico tal como surge definido no Projecto do C.E.S.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Sociais.

¹ in *Semanário*, 30 Outubro 1987.

² 'Defining Popular Culture', in Colin MacCabe, ed., *High Theory / Low Culture: Analysing Popular Television and Film*, New York: St. Martin's Press, 1986.

A par da propensão especificamente *crítica*, valorativa, de grande parte da colaboração que manteve no *JC*, está também presente, no conjunto de textos aí publicados, um persistente esforço *pedagógico* de compreensão e de sistematização — enfim, de "teorização" — de alguns dos mais salientes nós de controvérsia gerados pelo fenómeno televisivo. Assim, e para além da apreciação individual de programas concretos, quer nacionais, quer estrangeiros, podem encontrar-se abordagens da história e da estética específicas da televisão, bem como análises de várias inquietações — como a manipulação, a passividade, etc. — suscitadas por este *medium*, e que ele está ainda longe de ter apaziguado.

As diversas linhas de orientação que acabo de enumerar acham-se devidamente ilustradas no presente volume, e especificamente em textos como 'OS DIAS DA RADIO-TELEVISÃO' e 'CRÍTICA DE TV: FAÇA VOCE MESMO'. Preocupações idênticas encontram-se no texto intitulado 'DE HOLLYWOOD A LARNAKA...', muito embora aí — tal como, por exemplo, em 'O MAPA ATÍPICO QUE SE SEGUE' — o alvo primordial do comentário seja a política de programação concreta da R.T.P. Mas no conjunto de peças aqui coligidas encontram-se também, e como não poderia deixar de suceder, reflexões ocasionais a propósito da realidade — cultural, política, socio-mental — do famigerado "país real", disso constituindo exemplo evidente as crónicas 'EUROIS DO MAR' e 'A PERDIÇÃO DO HUMOR'. (Por esta razão, foram acrescentadas, pontualmente, notas introdutórias visando uma mais fácil contextualização dos temas debatidos.)

Poderá pois dizer-se que por detrás destes textos flui um outro texto, implícito (porque as páginas de jornal não seriam o seu lugar mais próprio), que é o da minha pesquisa e reflexão no quadro do projecto individual integrado no Projecto do C.E.S. e subordinado à temática *A gestão do ócio numa sociedade semiperiférica: o caso da*

televisão. O que neles se oferece não é, de modo algum, o tipo de investigação — e muito menos as conclusões — a esperar de um trabalho da natureza dos projectos do C.E.S.: falta-lhes, por exemplo, a observação sistemática e a fundamentação empírica de que o trabalho científico carece, e os rigorosos métodos de análise que o projecto sobre *A gestão do ócio*, especificamente, exigirá (inquéritos de opinião, entrevistas, análises de programação, etc.). Em todo o caso, julgo não ser descabido afirmar que estas crónicas ganharão novas ressonâncias e uma maior complexidade se relidas do mesmo modo que foram escritas: de encontro ao pano-de-fundo (essa espécie de sub-texto) que é a problemática situação de Portugal e(m) a semiperiferia do sistema mundial.

Por razões que se prendem com óbvias limitações quanto a recursos tecnológicos, financeiros, e até humanos, o país semiperiférico tende, no que concerne à área da comunicação televisiva, a aumentar a sua dependência em relação ao "centro". Dessa maneira hipertrofia-se a sua disponibilidade para a assimilação e o mimetismo, atrofiando-se, conseqüentemente, o seu potencial autónómico — ou seja, aquilo mesmo que pode conferir um papel minimamente activo e dialógico à realidade semiperiférica. A simples percentagem de programas de países centrais exibidos entre nós, mas também a progressiva standardização de géneros e formatos importados e a crescente tendência para a comunicação-espectáculo, atestam bem, e tanto a nível quantitativo como qualitativo, a assimilação e mimetismo a que aludo, e que parecem atirar o conjunto dos países económica e tecnologicamente dependentes para uma zona vasta e indistintamente periférica.

As conseqüências desta dependência não são talvez, e felizmente, tão tenebrosamente ameaçadoras para a sanidade (psíquica, moral, económica, política) do telespectador como já se temeu. Emergindo de uma primeira fase, quase paranóica, de

preconceito relativamente à alegada inclinação manipuladora e alienatória do seu objecto de estudo, os teóricos da televisão começam agora a fazer-lhe a justiça — a ela, e ao público seu destinatário — de ver complexidade e contradição, quando não mesmo potencial utópico, na sua natureza e nos conteúdos que veicula¹. A propósito, deixo aqui, para o caso de uma Televisão Semi(?)periférica como é a nossa, dois argumentos mais a juntar aos que aqueles teóricos adiantam como factores de suspeição e de distanciamento crítico por parte do espectador relativamente aos produtos televisivos: a tendência para o aumento da descoincidência entre os índices de desenvolvimento sócio-económico (do mundo vivido) e cultural-simbólico (dos mundos e valores projectados); e o próprio facto de frequentemente (entre nós, pelo menos) os mundos e valores promovidos provirem, não de uma só, mas de várias origens ou "centros" — que eventualmente até podem ser conflituantes entre si.

Em todo o caso, é desnecessário lembrar como uma dependência cultural exagerada é indesejável. Para se afirmar minimamente, a televisão de um país como Portugal tem que criar bolsas de resistência, alargar a sua margem de autonomia, o que abrange medidas tão diversas como a política de aquisições (que quantidade?, a quem?, de que tipo?) e o trabalho de tradução e adaptação competentes de obras importadas, mas sobretudo o esforço de uma programação nacional consistente e credível. Trata-se de uma luta desigual, dada a incipiência dos recursos disponíveis (as evidentes ~~des~~vantagens comparativas...). Luta ingrata também, porquanto, dado o "sentido de propriedade" sobre que escrevo algures nesta colectânea (v. 'CRITICA DE TV: FAÇA VOCE MESMO') a propósito do modo como as massas de consumidores se relacionam com as chamadas "artes públicas", o grande público aperta a bitola da exigência quando se abeira do produto nacional. Luta difícil e

¹ V., e.g., Robert Dunn, 'Television, Consumption, and the Commodity Form', in *Theory, Culture & Society*, 3:1, 1986; e Steven Best and Douglas Kellner, '(Re)watching Television: Notes Toward a Political Criticism', in *Diacritics* 17:2, 1987.

ambígua, por fim, dado o forte investimento simbólico feito em muitos programas de produção nacional por largas camadas de um povo cultural e ideologicamente inseguro, e ainda por cima paternalisticamente vigiado por duvidosos pastores de costumes (— como foram os casos de censura praticada sobre os programas *Fisga* e *Humor de Perdição*, bem como de uma telenovela exibida na Madeira).

O fenómeno televisivo tem sofrido uma evolução imparável e ímpar no quadro dos grandes meios de comunicação. Ainda não há muito tempo se acreditava ser possível, através de uma "simples" decisão quanto ao modelo de televisão ou à política de programação (estatal ou privada, popular ou "cultural"), colmatar as ameaças de imbecilização e aculturação que dela pareciam pender. Hoje, em que uma rede infinda de pratos parabólicos nos prende a um universo simbólico cada vez mais uniforme e global, uma resposta desse tipo parecerá obsoleta. Assim, por exemplo Colin MacCabe conclui o seu balanço do estado actual da televisão propondo a substituição da esfera nacional pela análise de fenómenos de recorrência e repercussão transnacional. Possivelmente contra a corrente, não vejo neste momento, no contexto da televisão portuguesa, alternativa para o reforço da programação de marca nacional: só desse modo Portugal poderá aspirar a intervir com uma voz activa, digna e respeitada, na próxima-futura geopolítica do ócio.

Coimbra, Novembro de 1988

João Paulo Moreira

O MAPA ATÍPICO QUE SE SEGUE...*

Não gostaria de transformar este espaço num obituário, num elogio fúnebre dos programas que vão desaparecendo dos ecrãs. Contudo, uma coluna periódica como esta deve sujeitar-se a critérios de **oportunidade**. E dado que estamos em tempo de render da guarda, de abrupta transição (para algo que a Direcção de Programas recusa chamar mapa-tipo), há coisas para dizer que, se esperam por amanhã, perdem de todo a pertinência.

Depois de *Uma Família às Direitas*, chegou agora ao seu termo a série *Hill Street Blues*. Quanto a mim, tratava-se de dois pilares da programação que acaba de expirar, e tal como há uma semana falei de alguns aspectos da primeira, deter-me-ei hoje brevemente sobre os méritos da segunda. Lembro-me que há tempos Vasco Pulido Valente aventava algures a ideia da promoção, por uma instituição idónea como é a Fundação Gulbenkian, de uma Retrospectiva *Hill Street* — uma sugestão que quanto a mim só aparentemente será descabida.

Configurando-se como uma variante da típica estrutura familiar, *Hill Street* faz do "Pai-Capitão Furillo (um herói com fraquezas, à boa maneira da tragédia clássica) o centro vago do instável mosaico que é a paisagem social norte-americana, e particularmente das grandes concentrações urbanas. À volta dele e do espaço físico da esquadra, representantes das comunidades negra e irlandesa, judaica e "hispânica", italiana e polaca (esta, o bombo da festa do humor racista nos E.U.A.) desfiam semanalmente as suas histórias numa progressão que é simultaneamente paralela e entrecruzada, mas também simultaneamente aberta e fechada. Ou seja, em cada episódio é retomado e eventualmente "atado" um ou mais fios narrativos pendentes, do mesmo passo que se inauguram outros, cujo desenvolvimento e desenlace só se revelarão nos episódios subsequentes.

Vale isto dizer que os produtores souberam aproveitar para o seu projecto alguns dos aspectos mais atraentes e eficazes da fórmula da **telenovela**. Mas mais do que isso,

* O presente texto tem um objectivo duplo: a crítica específica a uma série de ficção, e um comentário global ao período de transição para uma nova "grelha" de programação.

Carlos Pinto Coelho terá recentemente afirmado ser a RTP "uma das [televisões] melhores do mundo". Não teria ficado intrigado se não tivesse ouvido frase idêntica há um mês atrás da boca do menos suspeito João Soares Louro, e só a entendo nestes termos: dada a fatalidade de ter que comprar a maior parte da sua programação, a RTP tem a possibilidade de adquirir o que de melhor as estações estrangeiras produzem. Deixando de momento de lado esta "fatalidade" (porque me dói a aceitação conformada de fazer figura à custa dos créditos alheios), direi que Sim senhor, que a RTP tem essa possibilidade. Só que a nossa televisão é capaz de importar coisas tão mentecaptas como *Os Três Duques*, de misturar promiscuamente *Reviver o Passado em Brideshead* e *Pecados*, e de se atrever a anunciar como comparável a *Hill Street* a indigente série *Miami Vice* (entre nós, *Acção em Miami* a ser transmitida, ao que parece, no mesmo horário daquela).

Para ser uma boa televisão, a RTP carece antes de mais de uma coisa tão simples como **coerência** — para já não falar de profissionalismo a sério e de uma produção realmente própria e com níveis de quantidade e qualidade aceitáveis. Até lá, o mais que podemos é, modestamente, afirmar que temos **a melhor RTP do mundo**. Arriscamo-nos menos ao ridículo, e é tão verdade como dizer, por exemplo, que em Portugal se canta o melhor fado do planeta...

(Outubro de 1987)

OS DIAS DA RÁDIO-TELEVISÃO

Do último filme de Woody Allen exibido entre nós, *Os Dias da Rádio*, retenho, entre outros momentos difíceis de esquecer, o episódio da transmissão directa da reportagem, via rádio, da tentativa de salvamento de uma criança. Toda a ambiência do quadro, como de todo o filme, é bem felliniana: cena de interior, doméstica, cheia de movimento e barulho, personagens cruzando-se nas suas grandes atribulações comezinhas, gritos e correrias, e sempre, omnipresente, o som da telefonia. No sofá, o filho recebe do chefe-de-família alguns açoitos por um qualquer delito caseiro. E de súbito, o aparelho de rádio sobe de tom, e a notícia cai, dramática: algures no país uma criança agoniza, entalada num poço inacessível; os esforços de socorro são inúmeros; em vão. Silêncio total. No sofá, instintivamente, o pai interrompeu a punição e afaga agora, num gesto instintivo, a cabeça do filho. Lá fora, por toda a América, o mesmo silêncio, a mesma empatia.

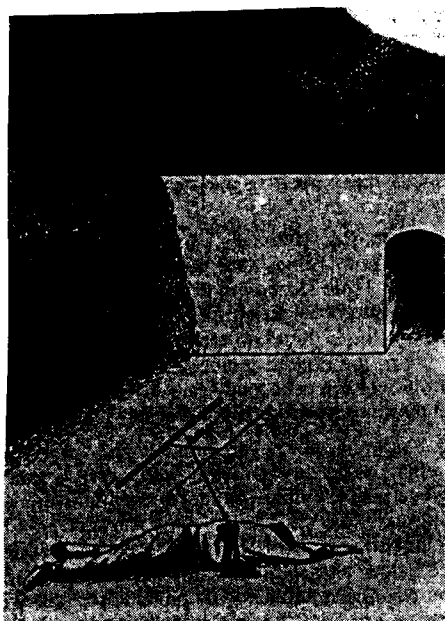
Eis um daqueles momentos mágicos que só o cinema (e **algum** cinema) nos consegue dar. No caso vertente, uma peça do azulejo que é esse filme de W. Allen, recordação nostálgica da **experiência comunitária** dos gloriosos "dias da rádio". Mas a sequência em questão vale, quanto a mim, sobretudo pelo simbolismo, pois nela se concentra o que Marshall McLuhan pretendeu caracterizar com a sua famosa expressão "Aldeia Global": todo um planeta como que globalmente sintonizado — e assim tornado mais pequeno, mais "familiar" e mais coeso — em função dos cada vez mais poderosos meios de comunicação de massa. Depois da rádio, pertenceria naturalmente à televisão o passo seguinte e decisivo desta evolução. Esta é uma evidência que alguns procuram recalcar, e não deixa de ser irónico o preconceito do próprio Woody Allen a este respeito (veja-se por exemplo a feroz crítica que, no seu *Annie Hall*, o realizador dirige ao universo da televisão). Porém, uma análise imparcial há-de reconhecer que é único o contributo da televisão para aproximar pessoas, lugares e culturas, para diluir barreiras e cimentar uma **experiência comum**. Do mítico Portugal/Coreia de 1966 ao incrível F.C.Porto/Peñarol de 1987, da morte de Kennedy à primeira alunagem, a nossa memória há-de dever às imagens da televisão, património cultural que tende para a escala planetária, as suas referências mais fundas.

De outra maneira o disse o professor de Comunicação Social Adriano Rodrigues, num dos últimos programas de *Concordo Ou Talvez Não*, dedicado, precisamente, ao tema-TV: **A televisão substituiu os antigos contadores de histórias, mas com algumas diferenças: os contadores são, agora, profissionais; a história a contar é a do mundo actual; e é, finalmente, a história do mundo todo.** Mas não foi esta a única questão relevante debatida neste programa, o qual contou ainda com as presenças de Carlos Pinto Coelho, João Soares Louro, Joaquim Letria, Jorge Leitão Ramos, e Maria de Lurdes Costa. Das suas intervenções, colecionei algumas achegas mais pertinentes e que não quero deixar de aqui alinhar, entremeadas com algumas reflexões pessoais. É este, afinal, o seu lugar próprio.

O VEÍCULO DA DESGRAÇA

Muitas são, segundo algumas jeremiadas, as desgraças que, com o advento da televisão, se abateram sobre esta segunda metade do século XX. (— O primeiro ataque de base alegadamente científica ao novo meio de comunicação é talvez o artigo 'A televisão e o carácter americano', publicado já em 1956, do psiquiatra E. D. Glynn.) E uma crítica sacramental diz respeito à divulgação e fomento da **violência**. Acrescentarei que no programa a que acima fiz referência se abusou sem proveito deste termo, alargando-o até ao conceito do que se poderia designar por manipulação — o que mereceria um tratamento alongado específico, e não restringido ao fenómeno da televisão. Quanto à acepção, mais corrente e imediata, de violência física, importa contudo dizer que não é nem foi nunca possível estabelecer uma relação directa de causalidade entre a violência exibida na televisão e a que diariamente dá que fazer aos tribunais. Isto não quer dizer que seja de aplaudir a exploração obscenamente gratuita da dor, de actos de crueldade e da própria morte, a que frequentemente assistimos nos ecrãs, mas visa antes e apenas aliviar o peso de uma imputação demasiado severa. É que se formos cotejar, por exemplo, a violência contida em séries de televisão com a que sempre imperou, de uma forma verdadeiramente desbragada, em narrativas tradicionais socialmente tão prestigiadas como os contos infantis

e populares (dos irmãos Grimm a Consiglieri Pedroso, sim senhor!), não será certamente a televisão a sair prejudicada do confronto...



A verdade é que muitas vezes usamos dúbias bitolas nos nossos juízos, e disso bem se pode queixar a televisão (mas não só: no seu tempo, também o cinema, o disco e a rádio enfrentaram semelhantes preconceitos). Assim, não será justo esperar de um episódio de telenovela a experiência estética proporcionada por uma tragédia de Shakespeare, nem de um mero concurso o nível de uma discussão entre candidatos ao Prémio Nóbel. E aos que, além de criticarem a televisão pelo que **faz**, a criticam ainda pelo que **não faz**, lembro o reparo sábio de Jorge Leitão Ramos em *Concordo Ou Talvez Não: Não é à televisão* (no nosso caso, à RTP) **que cabe resolver os problemas do país...**

Há pois limites de razoabilidade para as críticas à televisão. Uma delas, contudo, parece-me muito séria e merecedora de uma atenção especial: é a que define o telespectador pela **passividade**. Admito que haja nesta preocupação alguma histeria, tal como há décadas aconteceu em relação ao público rádio-ouvinte, e antes disso com os espectadores de cinema ou os leitores da imprensa (— e já Platão, no *Fedro*, se preocupava

com as consequências negativas que para o seu tempo poderiam advir do alastramento da nova cultura **escrita**...). Assaltam-me contudo dúvidas que tenho dificuldade em aplacar. Tenderemos a ser reduzidos à condição de público uniforme e amorfo, de massa de **consumidores passivos** e, como tal, disponível para manipulação? E se sim, **quem** me manipula neste momento? e **em que sentido**? Do programa a que tenho vindo a aludir, resultou até particularmente preocupante a discrepância das intervenções de Joaquim Letria e Carlos Pinto Coelho a este propósito. É que se o primeiro, mais optimista, garantiu que os receios de passividade têm sido desmentidos na prática e através de **mecanismos** tão diversos como a própria resistência psicológica (e.g. nos meios rurais) e a inovação tecnológica (TV por cabo, o vídeo, etc.), o segundo afiançou ominosamente, e sem mais esclarecimentos, que **Portugal é o país da Europa onde o espectador é mais passivo, mantendo uma relação doentia com a televisão**.

Não sei exactamente como interpretar as palavras do Director de Programas da RTP. Reconheço no entanto o terrível poder de um discurso monológico como é o da televisão, contra o qual julgo de toda a conveniência sabermos precaver-nos. Pelo que me diz respeito, tenho os meus próprios antídotos, o menor dos quais não será, precisamente, este conversar semanal neste canto de jornal (— e de novo, a palavra a J. L. Ramos: **Embora não sendo mais do que porta-voz de si próprio, o crítico de TV deve ser um espectador atento e informado, que se encontra numa posição privilegiada para dialogar com quem faz e com quem vê televisão**).

Penso, por outro lado, que a submissão do espectador ao "monólogo" televisivo é mais aparente que real. Tal como, em face de alguém que nos fala sem nos escutar, não só resistimos instintivamente ao seu discurso impositivo, como reagimos em conformidade, articulando (ainda que só em pensamento, por vezes) a nossa réplica, a nossa defesa, a nossa crítica, também perante o ecrã estabelecemos, estou convencido, uma forma semelhante de comunicação, instituindo assim um embrião de **diálogo** que representa, no fim e ao cabo, a renúncia ao ingrato estatuto de consumidor passivo. Este **relacionamento activo** tem sido amplamente investigado em estudos sobre a recepção das mensagens televisivas, mas não é necessário irmos longe para verificar como ele se manifesta nos mais pequenos comportamentos do quotidiano: desde as pessoas que "repointam" verbalmente com o ecrã até às que prolongam as suas impressões transportando aquele "diálogo" para a

roda da mesa do café, passando pela autodisciplina no consumo dos produtos de TV (através da selecção de horários ou programas, de acordo com uma gestão racional do ócio).

Por último, direi que os temores relativos ao carácter massificante e neutralizador da televisão radicam ainda numa certa ignorância e incompreensão, e o modo mais eficaz de os combater será através de um esforço pedagógico de esclarecimento e estudo sistemático do fenómeno. Eu mesmo já defendi, noutra local mas com intuito idêntico, a eventual inclusão de um género como é a telenovela nos programas de disciplinas do ensino secundário. Por isso ouvi com especial agrado a sugestão da dr^a Maria de Lurdes Costa na aludida sessão de *Concordo Ou Talvez Não: A televisão é uma linguagem. É preciso trazê-la para a escola, para a desmistificar.*

UMA TV ESPECIAL PARA TODOS ?

Adriano Rodrigues: **Sendo um fenómeno social de vocação universalizante, como pode a televisão pretender falar, simultaneamente, com todos e com cada um individualmente? Como pode ela conciliar a democratização com o elitismo? É esse o seu grande paradoxo!**

A questão é crucial na problemática da televisão, e constitui porventura o seu maior desafio enquanto grande meio de comunicação de massa: como dirigir-se e interessar, **do mesmo passo**, a estratos e grupos sociais drasticamente afastados uns dos outros pela idade, sexo, classe, profissão ou grau de instrução? Só parece haver duas soluções, e nenhuma delas satisfatória. Uma, a que J. L. Ramos (creio que com base em Baudrillard) chamou o "menor denominador [cultural] comum", consiste em baixar o nível de complexidade dos programas, de molde a assegurar que todas as camadas do público estejam em condições de decodificar o que lhes é oferecido. Costuma-se ilustrar esta opção com o caso da televisão norte-americana, que se esforçaria — diz-se — por se orientar para um público de idade mental não superior a treze anos. Ora os inconvenientes desta solução (!) são óbvios: alienação de importantes sectores do público virtual, e infantilização perpétua do público real.

A alternativa foi sustentada por João Soares Louro: **Não há um só público de televisão, mas sim vários públicos. Daí a necessidade de dois canais diferentes, de uma filosofia de programação que procure satisfazer separadamente as necessidades das várias camadas.**

Esta opção, que se afigura mais próxima do exemplo nacional, também não será a ideal, até pelo conformismo, sem dúvida pragmático, mas também derrotista, do princípio em que assenta: o da cristalização e irreconciliabilidade dos vários gostos e subculturas que compõem o tecido social. Eu próprio não consigo inclinar-me definitivamente para nenhuma das duas (não)soluções. Deixo-as, todavia, esboçadas, na esperança de que nem a RTP nem os telespectadores portugueses se deixem tolher imobilisticamente em nenhum dos extremos do dito paradoxo.

OCORDÃO ELECTRÓNICO

J. S. Louro: **A cultura audio-visual, e a RTP em particular, trouxeram enormes transformações à sociedade portuguesa, constituindo-se como verdadeira alavanca de progresso, traduzido sobretudo em mais informação e mais cultura.** Mais informação e mais cultura. Por mais que critiquemos o fenómeno televisivo ou **uma** televisão em particular (e eu faço-o amiúde, pelo que me sinto à vontade para elogiar também), não é razoável, sem má fé, negar a constatação de Soares Louro. Existe porém um domínio específico em que, pela sua importância e singularidade, eu gostaria de realçar o papel da televisão. Refiro-me ao papel que ela desempenha na vida da população mais idosa, a qual constitui, como é sabido, um fiel e numeroso público "freguês" da **informação, da cultura e do entretenimento** que a TV coloca ao seu dispor. Enfim, serei efectivamente um acérrimo defensor da televisão pelo menos enquanto continuar convencido de que, por sua influência, a "terceira idade" tem hoje uma existência mais cheia, mais suportável e mais relevante do que há algumas gerações atrás.

Ninguém é uma ilha isolada. E a televisão é talvez o cordão umbilical por excelência, que, ligando-nos ao mundo, melhor mantém acesas a memória, a curiosidade, e a solidariedade.

(Dezembro de 1987 / Janeiro de 1988)

DE HOLLYWOOD A LARNAKA: UM ÓSCAR PARA A RTP, QUE AS VIU JUNTAS*

"Um ente que a tudo se habitua, eis a melhor definição de ser humano" — diz Dostoievsky em *Recordações da Casa dos Mortos*. Soa trivial, a menos que nos recordemos que o escritor fala aí com a autoridade de um homem que acaba de experimentar vários anos de degredo na Sibéria czarista. Seja como for. Não sei, no momento em que escrevo, qual será o evoluir da situação quanto ao sequestro do avião comercial do Koweit. Pode até ser que no dia em que este jornal chegar às bancas tudo tenha acabado já, e não exista situação alguma. Seja como for, dizia, duvido seriamente que entretanto seja possível a alguém — sequestrados, sequestradores — habituar-se a ela. E o excelentíssimo (chamado) público em geral?

I-O MACABRO AO DOMICÍLIO

Tem sido um folhetim terrível, com um pico especialmente tenso na terça-feira passada, com a longa **transmissão em directo**, de Chipre, do avião imobilizado no aeroporto de Larnaka. A decisão, por parte da RTP, de pôr no ar as imagens do satélite da Eurovisão resultou assaz obnóxica. Os sequestradores já haviam executado dois passageiros e lançado os cadáveres para a pista, e só por si isso recomendava que houvesse certa precaução relativamente a um eventual incremento de cenas mórbidas em directo. Mas além disso, e como cedo se suspeitou, o "espectáculo" não passaria do efeito feérico de um Jumbo (telegénico, sem dúvida, mas ominosamente quedo) de luzes acesas numa noite escura.

Compreendia-se a importância do momento. Embora o caso não fosse virgem — pois várias estações de TV de outros países têm, no passado, dado cobertura em directo a actos de grande violência —, julgo que este se revestia de uma **dimensão humana e política**

* Reflexão suscitada pelo sequestro dos passageiros de um avião comercial do Koweit desviado para Chipre e, posteriormente, para a Argélia.

inaudita. Com efeito, desde a célebre acção dos guerrilheiros palestinianos envolvendo os atletas israelitas participantes nos Jogos Olímpicos de Munique que não eramos solicitados, pela mão dos "media", em tão grande escala nem de forma tão persistente. Mas daí, também, a pergunta: foi adequada a cobertura dada pela RTP?

O problema é, como se sabe, delicado para qualquer meio de informação responsável, e pode resumir-se da seguinte maneira: por um lado, considera-se que a despeito dos direitos a informar e a ser informado, a cobertura noticiosa demasiado pormenorizada de actos deste tipo acaba por beneficiar os seus perpetradores, pela publicidade que lhes faculta. Por outro lado, porém, ignorá-los simplesmente seria grosseiro e, eventualmente, de igual modo contraproducente. Não sei se a RTP teve pruridos para sopesar todos estes aspectos. Parece-me contudo que a **opção ambígua** desta, apresentando imagens intermináveis de um avião teimosamente mudo e acompanhadas de **comentários absolutamente redundantes**, foi uma opção infeliz e gratuita. Em verdade, parecia apenas estar-se absurdamente à espera que tudo explodisse ante os nossos olhos num colossal e macabro festival pirotécnico.

Mas — mais difícil ainda!, como diria a mulher do circo — o que tornou a noite de terça-feira decidida e memoravelmente obnoxia foi a transmissão, **em simultâneo e no mesmo canal**, da cerimónia da entrega dos "Óscares". Ou seja, não querendo abdicar de nenhum destes eventos — um, já previsto pela programação, outro gentilmente proporcionado pelas Circunstâncias Políticas Internacionais —, a RTP decidiu manter ambos os "programas" no ar, interrompendo diversas vezes a gala americana com ligações intermitentes à rede da Eurovisão. E assim se construiu a tal emissão memorável, inacreditável no seu saltitar (**verdadeira dançamacabra**) entre Hollywood e Larnaka. Que é como quem diz: entre o luxo, pompa e circunstância e as condições extremas de luta pela sobrevivência; entre a frivolidade e o cómico estudados e a violência e dramatismo improvisados; entre a evasão da Fábrica de Sonhos e a imersão sufocante num pesadelo de espaço-tempo hiper-reais.

II

*A TV veio também colaborar
com "directos" bem sofisticados :
realizador-bombista, o pessoal-piloto
a um só tempo fabrica e realiza a própria acção
e faz-vê, em grande plano, o seu desfecho.*

Alexandre O'Neill, 'SALDOS NO VIETNAME'

Ora, é esta **mistura** que acho perturbadora. Num recente estudo intitulado *A Aura Pós-Moderna*, Charles Newman defende que "com a televisão, tanto a história como a ficção enquanto categorias estéticas se tornam cada vez mais desprovidas de sentido, à medida que as relações entre ambas, tradicionalmente instáveis, bem como a irregularidade dos respectivos contornos, se esbatem". E numa obra especificamente dedicada à televisão, Marie Winn detecta sintomas inequívocos deste fenómeno e menciona alguns exemplos: "Pessoas a assistir a um desfile de rua acham-no aborrecido e dizem: 'Devíamos era ter ficado em casa a ver televisão. Era muito mais emocionante' ". Ou: "Os membros de uma família californiana real vivem as suas vidas em prestações semanais, inseridas numa série de TV na qual a infidelidade, a descoberta da homossexualidade e o divórcio acontecem perante os próprios olhos dos telespectadores, isto é, acontecem *a sério* na televisão". Ou ainda: "Um jovem de dezassete anos que escapa com vida à passagem de um tornado exclama: 'Eh pá, parecia mesmo como na televisão!' ".

Não se trata propriamente da **confusão** dos dois planos. Os psicólogos estão convencidos que as pessoas continuam a distinguir a realidade da ficção. Do que se trata, ao que parece, é de uma certa **deformação**, por via da qual a ficção é experimentada **como se fosse** realidade, e a realidade, **como se fosse** ficção. Razões para esta deformação? Várias. Primeiro que tudo, o grau altamente realístico atingido pela ficção televisiva (de que são

exemplo flagrante as telenovelas). Depois, há o "convívio" constante, na televisão, da ficção com a realidade: veja-se como o *Telejornal* é intercalado frequentemente com séries ficcionais, e entremeado ainda pela omnipresente Publicidade. Finalmente, considere-se o problema da autenticidade das imagens documentais. Numa época em que uma câmara de filmar, com a sua milagrosa capacidade de reprodução infinita e instantânea das imagens, pode exercer maior influência quanto ao desfecho de um conflito do que todas as peças de artilharia e aviação presentes no "teatro de operações", como deve o espectador interpretar o ar frio de um guerrilheiro que finge não reparar nas câmaras ou o aceno exibicionista de um manifestante, cujas imagens nos chegam dos confins do globo? Onde termina o acto genuíno? Onde começa a pose? Num mundo de imagens pré-fabricadas, onde está a realidade?

III-TV: A SÉRIO OU AFINGIR?

A televisão contribuiu grandemente para estas dúvidas, devidas à tendência para o que alguém chamou "**historificação**". Este é o processo pelo qual a linguagem televisiva trata todo o seu material como história-a-contar, ou seja, não só como **narrativa** mas como **narrativa ficcional**. Outra vez Charles Newman: "... a perniciosidade da televisão não reside no facto de ela servir de entretenimento grosseiro, ou de, enquanto privação sensorial, funcionar como um sedativo em grande escala, nem no facto de incitar as crianças à violência, ou de disparar sobre os nossos sistemas endócrinos 25.000 vóltios de luz fosforescente por segundo; reside, sim, em tratar todos os acontecimentos como uma **história**. **Uma história a todo o custo**, e não o realismo *per se* — eis a expressão característica da sociedade burguesa contemporânea".

O que significa, na prática, a "historificação"?: o prazer gratificante de uma narrativa aristotélica, articulada e completa; uma visão dúctil, redutora e dócil do mundo; mas sobretudo, e dado o paradigma ficcional subjacente, uma impressão de estranha irrealidade. Pode argumentar-se que Newman e Winn têm em mente o modelo norte-americano, e que a RTP dá garantias de nos manter longe dele. Não foi isso, contudo, que transpareceu da emissão de terça-feira à noite, uma emissão de franco mau-gosto.

Tal como comecei por dizer, não sei como acabará o impasse, agora no aeroporto argelino. O acompanhamento diário pelos serviços noticiosos tenderá para certa banalização, a opinião pública habituar-se-á ao facto, e sentirá talvez até algum tédio. Entretanto arriscamo-nos a perder o sentido das realidades, esquecendo o que a situação tem de terrível. Pela minha parte, vou tentar reagir ao contrário de Dostoievsky, e **não me deixar habituar à ideia.**

(Abril de 1988)

EURÓIS DO MAR*

Domingo de tarde, calor, hora da sesta, algures numa aldeia do interior. À porta da taberna, pachorrentos, dois amigos palitam os dentes. Um objecto estranho e sibilante cruza os céus, e ambos exclamam **ao mesmo tempo**: "Olha!, uma ogiva nuclear" — para logo acrescentarem: "Ah, já não morremos hoje..."

Humor negro! Mas fale-se de mísseis, e a anedota logo me ocorre, impiedosa. Durante a cimeira de Moscovo, com os dois grandes curadores da terráquea crusta a jogarem à busca de Tordesilhas, não me saíu da cabeça.

Grande encenação foi a que conheceu a capital soviética durante a semana passada. Actores perfeitos, palco majestoso, público vasto, crédulo, ideal. Percebendo que são os convidados de honra nestas ocasiões, os *media* — que não alimentam qualquer tipo de ilusões quanto à eventualidade de resultados políticos surpreendentes — esfregam as mãos e atiram-se aos farrapos de trivialidades mundanas que sempre dão colorido ao acontecimento. Estes "faits divers" mantêm entretido o estômago da opinião pública — a qual, em verdade, sofre de uma úlcera nervosa desde que descobriu que vive na borda de um vulcão. Assim é que nada escapa e tudo constitui notícia, num acontecimento deste nível: é importante o que "Gorby" veste ou deixa de vestir, é importante que Raisa vá ou que Nancy venha, que Nancy venha ou que Raisa parta.

Os chamados observadores observaram que a cimeira ficou aquém das expectativas. Gorbachev e Reagan tinham para oferecer sobretudo **imagens: de abertura, de boas intenções, e a sua própria imagem de líderes**. Que o lado soviético comece a ser sensível ao sofisticado "marketing" da Imagem, e que se tenha tornado permeável à curiosidade devassadora de jornalistas e câmaras de TV, eis o que, já o tendo referido aquando da visita simétrica de Gorbachev a Washington, me parece de realçar. Quanto ao resto, guardo da cobertura televisiva da cimeira aquelas outras imagens, já mil vezes vistas, de um mapa da

* Três acontecimentos principais inspiram a presente crónica: a cimeira de Moscovo entre Ronald Reagan e Michail Gorbachev; a alocução que o Primeiro-Ministro português dirigiu ao país na sequência da reprovação, pelo Tribunal Constitucional, da legislação elaborada pelo Governo com vista à revisão das leis laborais; e a presença da equipa do S. L. Benfica na final da Taça dos Clubes Campeões Europeus de futebol, em Estugarda.

Europa transformado em tabuleiro de exercícios bélicos, com os mísseis "de lá" — cor de púrpura, enormes, terríveis — a choverem sobre os patinhos-quietos-de-barraca-de-tiro que somos nós, os da Europa verdadeira, a legítima. Arrepiante!

"Europa" tornou-se uma palavra especial para os Portugueses. Não direi que é uma **referência** central, pois a mais das vezes aquilo que ela refere não é muito claro: Europa é um **vago desejo**, uma **aspiração**, a utopia a uma distância — de quilómetros, de anos — que pode ser diminuída. Como? Fazendo o que nos dizem aqueles que **sabem** o que é a Europa, porque já lá estiveram ou porque possuem a ciência necessária para falar dessas coisas. Europa é, assim, uma palavra mágica, uma obsessão, repetida com o efeito hipnótico de uma ladaíña: "**A Europa seja connosco. Ela está no meio de nós...**" Esse não é, porém, caso único: outras palavras têm conhecido idêntica sorte, tais como "modernização", "progresso", "juventude". **Modernização em que sentido?** — perguntar-se-á. Progresso significa movimento para a frente — mas **onde** é a frente? E será a juventude um valor absoluto? "Novo", "jovem", "moderno", "progressivo", e mesmo "europeu" são, curiosamente, das palavras que mais surgem associadas à **publicidade** que, diariamente, na TV, rádio, etc. nos tenta impingir um não acabar de produtos que são, na melhor das hipóteses, inúteis. Tais palavras, geralmente douradas com **conotações positivas** (e aí as imagens, visuais ou não, explícitas ou subliminares, assumem efectivamente uma importância primacial), sofrem um **esvaziamento semântico** de modo a ficarem disponíveis para todo o tipo de **manipulação**. E é ver então como sofrem apropriação para, com a sua auréola mágica, "fazerem passar" este ou aquele recado ideológico. Palavras assim são caras a quem as ouve, mas podem ficar caras a quem não as pese. Pé atrás, portanto!

O Primeiro-Ministro falou ao país, e foi ele que me pôs — bem mais que os mísseis do Leste, por sinal — a matutar na Europa. Como que por encomenda, um jornal britânico especializado em assuntos económicos acabara de profetizar para Portugal o estatuto de Califórnia da Europa (espécie de paraíso da Terceira Vaga), desde que, obviamente, o país acatasse as orientações políticas do actual governo. Antes de mais direi que Cavaco Silva não parece descuidar a sua imagem. Não sendo naturalmente telegénico, também não procura disfarçar a postura hirta e autoritária (amesmaque, provavelmente, lhe valeu a vitória eleitoral...); e não sendo excepcionalmente dotado em oratória, prefere recorrer a um discurso simples, directo e fortemente redundante. Aí, porém, o problema. A **forma** do texto lido pelo Primeiro-Ministro, motivado pela reprovação do "pacote laboral" pelo Tribunal

Constitucional, inculcava repetitivamente três ideias-base: **os jovens, a modernização, e sobretudo a Europa** — bem como, naturalmente, o facto de todos estes haverem supostamente sido comprometidos pela decisão daquele Tribunal. Aquelas palavras foram insistentemente sublinhadas, mas a substância permaneceu algo difusa, e consistiu apenas nisto: Não nos deixam cumprir Portugal; cumprir Portugal é a Europa.

Depois do Império e da Revolução, o nosso imaginário reorienta agora as suas antenas para a **ideia da Europa**. "Prometemos um Benfica europeu" — ouviu-se martelar há semanas, aquando da aventura internacional da equipa da Luz. E a anteceder a grande encenação no palco de Estugarda, assistimos em todos os meios de informação, com destaque para a TV, à maior campanha de agitação e propaganda jamais verificada em torno de uma equipa de futebol portuguesa. Essa euforia passou no dia seguinte. Mas o leite e o mel continuam a ser-nos prometidos por uma retórica de palavras e imagens que despertam outra vez em nós velhas miragens de índias e brasis. Relativamente à Europa vivemos actualmente uma espécie de novo-riquismo, como um parente pobre que de repente se vê convidado para casa da família da cidade. Só de visita?, ou para ficar? — eis a questão!

Entretanto há que rezear os excessos destes sonhos de prosperidade e grandeza. É que Cavaco Silva apontou o exemplo europeu sem referir (já que esse foi um grande argumento dos seus antagonistas) o **contexto legal** e as **condições sociais** que nos distinguem de outros países; o Benfica foi a desventura que se viu; e o tal periódico estrangeiro que nos acenou com o Eldorado esqueceu-se de mencionar quem é que serão os "chicanos", ou leia-se a mão-de-obra barata, da lusa Califórnia.

(Junho de 1988)

A PERDIÇÃO DO HUMOR

*...não se finja que estamos num Estado democrático,
do tipo da Inglaterra, porque é mentira.*

Herman José ao *Expresso*

A frase proferida por Herman José não só resume o que hoje me traz a esta página como serve de óptimo "pivot" entre estas linhas e as que aqui escrevi há uma semana — e onde, a propósito da obsessão dos Portugueses com a Europa e do que dela nos mantém afastados, receio ter parecido descambar em demasia para o plano da política, e da política **em abstracto**. Vamos, pois, ao **concreto**!

Não era minha intenção voltar tão cedo a falar de Herman José (fi-lo há pouco mais de um mês) e tinha esperança, após o caso-*Fisga* (Dezembro de 87), de não ter que regressar ao tema da **censura**. Mas as circunstâncias mandam que o faça. Elas já foram exaustivamente historiadas, pelo que passo só a aflorá-las: reunião de responsáveis da RTP com H. José com vista a suspender a "entrevista histórica" do programa *Humor de Perdição*; posterior levantamento da suspensão da referida rubrica; posterior **suspensão integral do programa**, com a alegação de que o seu autor violara o sigilo acordado quanto ao processo de negociações entre as partes. Resultado: quebra do contrato, actores e equipa técnica subitamente "dispensados", Herman José a gritar a sua raiva por tudo quanto é meio de comunicação, e os gestores da RTP, provavelmente, a pensarem que foi desta que mereceram a comenda de mérito por serviços prestados à cultura pátria.

Na apreciação que há algumas semanas aqui fiz de *Humor de Perdição*, combinei um elogio genérico ao estilo de humor de H. José com, à mistura, vários encómios e algumas reticências relativos ao seu polémico programa. Volvidos mais uns quantos episódios, continuo a achar motivos para considerar Herman o mais original e fecundo dos cómicos profissionais portugueses. Vejam-se os tipos satirizados nas personagens "Pureza Taxara da Cunha" e "Catarina Valente"; a telúrica "Maximiana"; a subtil paródia do cinema de Bergman ou a caricatura de rubricas familiares da RTP como *Face a Face* e *30 Minutos Com* (com a colaboração tão inesperada quanto eficaz de, respectivamente, Alçada Baptista e Joaquim Letria); a reconstituição do código hilarantemente hermético (a um passo afectuoso e exótico, familiar e surreal) do casal de "retornados" desempenhado por Artur Semedo e

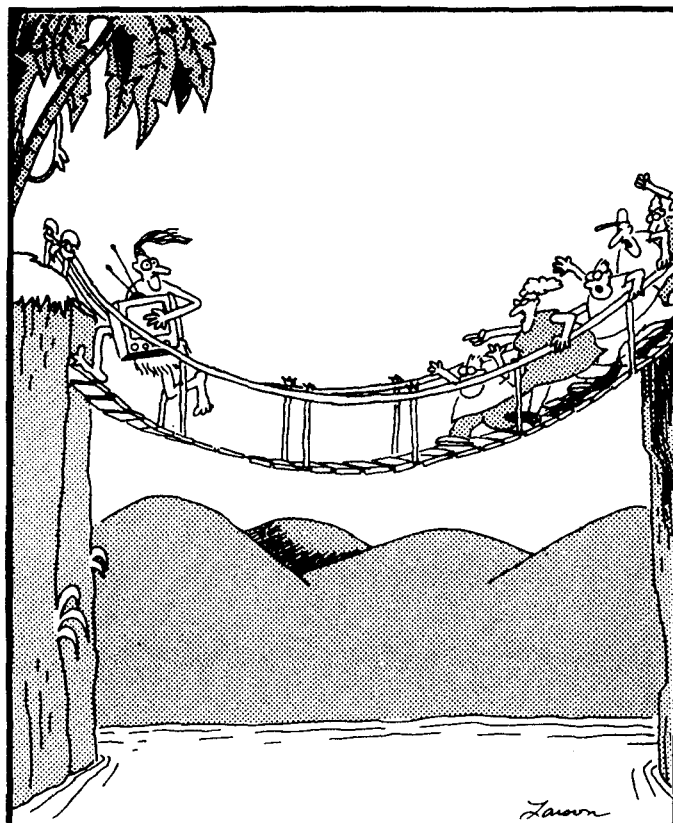
Maria Vieira; etc., etc.. Tal não significa, todavia, que *Humor de Perdição* se saldou (— já estou a falar no passado: esta crónica tresanda a requiem...) por um indiscutível êxito. Longe disso. Várias propostas falharam, como sejam o Estebes-"new look", ou as histórias mais ou menos rocambolescas inventadas para dar continuidade e ligação aos quadros; poucos foram os textos verdadeiramente inspirados; e os episódios resultaram, regra geral, um tanto desiguais, quer entre si, quer individualmente considerados (—tendo para este último facto, a meu ver, contribuído a exagerada duração de cada segmento semanal. Se mais curtos e depurados, os episódios teriam deixado uma impressão mais intensa).

A despeito de tudo isto, repito: o Herman José menos bom vale, ainda assim, a pena. Mas a perseguição de que o *Humor de Perdição* foi alvo veio, ironicamente, como que salvar a fama do programa, o qual ficará para a posteridade recordado, não como o mais fraco dos que H. J. assinou, mas como "o que foi censurado pela Administração da RTP". E não será de mais acrescentar que o gesto desta foi ainda mais canhestro e inoportuno por vir atrair sobre si atenções e antipatias num momento de remanso, quando a programação global da televisão pode ser considerada de bom nível.

Mas não foi por qualquer alegação de falta de qualidade que o programa de Herman foi interrompido. Nem se compreenderia que tal sucedesse, pois a crítica mostrava boa receptividade e as próprias aferições da RTP colocavam *Humor de Perdição* no topo das preferências do público, com um nível médio de 70% (setenta) da audiência nacional. E ainda por cima, desta vez o artista nem sequer deu azo às críticas que antes o acusavam de escabroso (—críticas que, por outro lado, quase não se ouviram em relação ao humor sexista, machista, chauvinista e infantilista de, por exemplo, um Benny Hill...).

Por que razão, então, esta medida censória? Por quebra de sigilo — alegou a gerência da RTP. A mim isto soa-me mais como uma birra do que como uma explicação. Mas mesmo tomando a justificação a sério, só tenho que respeitar Herman José por **não** ter mantido oculto o conteúdo das suas conversas com a Administração. Desse modo, ele expôs esse facto grave que foram as pressões no sentido de lhe "domesticarem" o programa. Mas voltando à questão: **porquê** essas pressões? Porque as entrevistas históricas terão desagradado. E aqui só posso, de facto, rir — embora um riso triste, e contrafeito. É que se quiser coleccionar alguns dos melhores momentos dados pelos "Estúdios Perdição", não hesitarei em, exactamente, ir buscar os apontamentos com Afonso Henriques, Camões, Espanca, o Navegador... E quanto propriamente à entrevista com a Rainha Isabel, que terá

desencadeado toda esta ridícula situação, li-a, e convenci-me definitivamente do ridículo da situação.



"A defesa dos valores históricos e culturais de Portugal"

Foi "a defesa dos valores históricos e culturais de Portugal" que, segundo reza o comunicado oficial, ditou o zelo da Administração da RTP. E pronto! A pátria é sagrada, a História é tabu, na galeria dos Heróis é proibido tocar nos objectos expostos. Aqueles que, em vida, por obras valorosas se foram da lei da morte libertando, sofrem agora uma outra espécie de morte: o permanecerem para sempre mumificados na rigidez do papel decorativo (mas ideologicamente não neutro) que as vicissitudes de uma historiografia de cariz hagiográfico lhes reservaram. Soará menos vago o que acabo de afirmar para quem, por exemplo, acompanhou, na semana transacta, os "sketches" alusivos aos Descobrimentos e apresentados pelos concorrentes no programa de Luís Pereira de Sousa *Estúdio 4* — e que só visto! É isso que a televisão quer? A esse passado sem futuro, as famigeradas entrevistas de Herman José respondem — à maneira do palhaço do poema de Alberto Pimenta — com um grandessíssimo presente...

E agora, H. José? Será que, a exemplo do sucedido em Dezembro com (contra) o actor João Grosso, vai ser apresentada queixa para processo na Polícia Judiciária? Ou ficará a RTP pela mera edição e distribuição preventiva, pelos seus colaboradores, de um Manual Actualizado do Humor Tolerado pela Administração (uma sigla deveras ominosa)?

É genial a ideia, de Umberto Eco, de colocar no âmago da intriga d' *O Nome da Rosa* um livro — o tratado de Aristóteles sobre a comédia — que, a ter existido (ou sobrevivido), poderia convincentemente ter revolucionado o curso de toda a História da Humanidade. Perigoso livro esse, pois, cujos guardiões, sabedores de que o humor é a coisa mais séria que há, cuidam de silenciar implacavelmente os que ousam folheá-lo. Na versão-RTP do romance de Eco, o livro do riso chama-se Herman José.

Momentaneamente privado da fala —mas não de todo afónico, que era como eles o queriam...—, Herman merece, nesta altura, toda a solidariedade. Para que cedo volte, como sempre, a ferrear os bons e maus costumes deste país de estufa.

(Junho de 1988)

CRÍTICA DE TV: FAÇA VOCÊ MESMO *

*Sentou-se à mesa e escreveu um artigo de fundo
Para o J.C., claro, inclassificável, lido,
Supondo (coitado!) que ia ter influência no mundo...*

.....

Santo Deus!... E talvez a tenha tido!

F.P. / A.C. (adapt.)

Conta-se que quando, há algumas dezenas de anos, um filme de Hollywood mostrou Clark Gable despir a camisa e ficar em viril tronco nu, tal bastou para que a venda de camisolas-interiores entre os homens americanos decaísse para números próximos do zero. É claro que isso não chegou para levar à falência a indústria têxtil dos E.U. — até porque os respectivos responsáveis logo garantiram que o mesmo actor se exhibisse com a tradicional peça íntima numa cena de uma das suas fitas seguintes. O que estava provado — mais uma vez, se necessário fosse —, era o extraordinário poder de influência que os *mass media* são capazes de exercer sobre o público, um poder que o advento da televisão viria ainda a multiplicar várias vezes.

Esta era uma das poucas certezas com que eu estava equipado quando, há um ano, aceitei o amável convite para aqui assinar regularmente esta coluna de (o nome, sempre o achei pomposo...) crítica de TV. Impunha-se então conhecer melhor os requisitos do ofício. Com gente experimentada na poda, confirmei o que já pressentia: para além da objectividade, da independência e do rigor ético óbvios — diz, por exemplo, Lawrence Laurent —, "o crítico de televisão completo deve, antes de mais, possuir um grande respeito e carinho por essa coisa excitante e plena de impacto que é a que resulta da combinação de imagem e som (...). Além disso, o crítico completo deve ser simultaneamente especialista em engenharia electrónica, em métodos de política governamental e em estética. Deve dominar os princípios da publicidade e do marketing. Deve ser capaz de emitir juízos sobre todas as

* Este texto, saído na edição do primeiro aniversário do *Jornal de Coimbra*, foi a última das intervenções sobre crítica de TV que aí publiquei.

formas artísticas, e de entender toda e qualquer mensagem emitida por via televisiva sobre todos os temas possíveis e imaginários".

Sobre-humano perfil! Mas nem por isso desisti.

Preocupava-me prioritariamente, devo dizer, evitar a pose grave e enfadada de crítico snob, para quem é intelectualmente de bom tom entrincheirar-se sistematicamente numa atitude anti-TV. Ao mesmo tempo, porém, tentei não cometer a ingenuidade de descurar o muito que a televisão comporta de problemático. Sabia de casos de crianças (por alguém chamadas "videotas") tão dependentes do ecrã que se serviam (servem) dos programas de TV para se situarem nos dias da semana. Conhecia inclusivamente aquela história paradigmática de um vice-presidente da CBS, responsável pela programação infantil dessa cadeia americana, que numa entrevista não teve pejo em revelar que enquanto os seus filhos eram crianças não lhes permitia ver televisão durante a semana, obrigando-os a actividades "intelectualmente mais vivas". Intriga(va)-me, enfim, a máxima de Bruno Bettelheim — "A televisão cativa a imaginação mas não a liberta. Um bom livro estimula o espírito ao mesmo tempo que o liberta" —, que gostaria de ver testada. Estava, pois, de pé suficientemente atrás.

Mas a verdade é que é preciso joear o muito que se diz e escreve sobre televisão, a fim de detectar o que há de desinformação ou mesmo preconceito. Marie Winn, por exemplo, num dos livros mais ferozmente críticos até hoje escritos sobre o assunto (*The Plug-In Drug*), atribui à invenção e rápida popularização da TV a assustadora subida no consumo de droga pelos adolescentes durante os anos 60. E razão tem Gilbert Seldes quando denuncia a posição ambígua de muitos educadores, que ora recusam globalmente a televisão, ora exigem dela que "venda cultura" à maneira dos profissionais da publicidade.

Assim, se olho para trás e pretendo divisar a pauta de preocupações e critérios que para mim próprio fui traçando, que posso concluir? Por princípio, nunca receei proclamar o **prazer** — por vezes estético, sim senhor — que frequentemente experimento enquanto espectador de televisão. E embora sem exageros de optimismo, também nunca lhe neguei **potencial emancipador**, sobretudo como **meio de comunicação** (— "espécie de ideal platónico de comunicação", considera-a algures o referido G. Seldes) e **de descoberta**. Finalmente, fui-me convencendo também daquilo de que já suspeitava: o chamado grande público defende-se melhor da influência da TV — e dos *media* em geral — do que se poderia à primeira vista pensar, nomeadamente acompanhando, interessando-se e discutindo os produtos que se lhe deparam.



Numa obra intitulada *The Public Arts* e dedicada aos fenómenos do cinema, rádio e televisão, Seldes propõe "a ideia de que o povo possui direitos legítimos sobre essas instituições culturais que se podem com propriedade apelar de 'artes públicas' ". Indo um pouco mais longe, estou convencido que as pessoas não só têm, como **sentem** e **exercem** efectivamente esses direitos com uma grande frequência, relacionando-se com as "artes públicas" com um grau de **informalidade**, **empenhamento** e um **sentimento de posse** certamente de fazer inveja às artes mais tradicionais e elitistas. E não falo apenas de comportamentos que qualquer observação empírica diária pode constatar, como as conversas de autocarro sobre a suspensão de um programa ou o desfecho de uma telenovela, ou como o simples facto de as secções de jornal dedicadas ao comentário às "artes públicas" serem, regra geral (e modéstia à parte), das mais fielmente lidas e ponderadas. Falo também, ao cabo de um ano de "**CANALiz/sando**", da gratificante e algo surpreendente experiência que foi ser abordado na rua por estranhos que se sentiam compelidos a expressar-me as suas réplicas — fossem elas de discordância, de perplexidade ou de estímulo cúmplice.

Vai já para doze meses que, empoleirado na altura a que semanalmente (ou quase...) esta coluna me permitiu subir, não procurei fazer mais que isto: juntar uma voz — um contributo desejavelmente esclarecedor e estruturante — ao diálogo natural e contínuo, à **actividade crítica espontânea** desse ser obscuro e palpitante chamado público telespectador.

(Setembro de 1988)